

**HABEAS CORPUS Nº 548.598 - SP (2019/0356968-3)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : O R DE G  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : O R DE G  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de O. R. DE G., apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da Apelação Criminal n. 0001310-71.2017.8.26.0543.

Narra o paciente/impetrante, em síntese, que está sofrendo constrangimento ilegal, visto que foi condenado em primeiro grau de jurisdição, e em sede de Apelação, pelo crime tipificado no art. 217-A do Código Penal, contudo, no seu entender, a conduta por ele praticada amolda-se ao tipo penal do art. 215-A do CP.

Pugna, ao que tudo indica, pela desclassificação da conduta para o crime de importunação sexual, por ser menos gravoso.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o *writ*, impetrado de próprio punho pelo paciente, não está instruído, pois os autos foram formados apenas pela petição inicial, o que ensejaria o indeferimento liminar do *mandamus*.

Não obstante, tratando-se de *habeas corpus* impetrado por pessoa leiga, em virtude dos postulados da ampla defesa e do acesso à Justiça, dou seguimento ao feito.

Cabe ressaltar que o rito do *habeas corpus*, em razão da necessária celeridade, pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da ordem.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante disso, o impetrante/paciente deve demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do constrangimento ilegal imposto ao paciente, o que, no caso, não foi feito.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com representação nesta Capital, para que adote as providências que entender cabíveis em favor do paciente, ante a ausência de defesa técnica.

Solicitem-se, com urgência, informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator